

## História e Marxismo e as idéias comunicacionais latino-americanas

*Marialva Barbosa\**

### Resumo

O texto procura mostrar que, sobretudo, nos chamados estudos culturais latino americanos percebe-se a concepção da dinâmica das sociedades humanas como central. A vida cotidiana, a dinâmica das relações sociais e a adoção de uma teoria global, na qual não se confunde o modelo econômico com o modelo social fazem parte das análises de pensadores como Jesus Martin Barbero, o que aproxima essas visões da teoria marxista. Pensar o sujeito como promotor de sua própria história e a questão da consciência como uma etapa – a primeira – de um processo nem sempre perceptível nas ações da ordem do cultural fazem parte dessas análises que, assim, referendam alguns postulados básicos de uma visão marxista da história.

Para o marxismo, a história e a visão histórica da inserção do sujeito social no mundo são centrais. Pierre Vilar, um dos mais clássicos historiadores marxista, sistematiza numa máxima do próprio Marx essa visão fundamental da história como objeto da realização do próprio homem. “Os homens fazem a sua própria história”.

Com essa afirmativa assegura-se a concepção fundamental do marxismo de que o objetivo da obra teórica não é interpretar o mundo, mas modificá-lo. Quer dizer, utilizar as análises para compreender profundamente o fato social e influir sobre suas transformações.

Entre 1847 e 1867, as obras de Marx e Engels propõem uma teoria geral das sociedades em transformação, unificando por meio da observação e do raciocínio não só a análise econômica, como também a análise sociológica e a ideológica das “formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, através das quais os homens tomam consciência de seus conflitos...” (Apud Vilar: 1985).

Entretanto, a investigação realizada desde os anos 1870-1880 até 1920-1930 pouco se beneficiou da obra de Marx. Neste período, o dominante no que diz respeito ao pensamento econômico era a teoria abstrata subjetiva, individualista, da utilidade marginal

---

\* Professora do Mestrado de Comunicação, Imagem e Informação da UFF  
Membro do Comitê Acadêmico da Cátedra UNESCO/UMESP  
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (1995)  
Pós-Doutorado em Comunicação – CNPS/LAIOS (Paris – 1999)

e do equilíbrio de Pareto, por exemplo. No que diz respeito à sociologia, os estudos giravam em torno da questão das formas sociais, tal como eram preconizadas por Weber e Dürkheim. E a história limitou-se a estabelecer fatos verdadeiros, em torno de monografias econômicas alemãs e da história política fatural francesa. A história positivista, a rigor, triunfava por todos os lados, com sua separação estanque entre economia, sociologia e história, colocando em cheque a idéia de síntese global do passado das sociedades.

Esse retorno a idéia de síntese histórica – fundamental na obra de Marx – só ocorreria na França através da ação dos historiadores fundadores da École des Annales, notadamente Lucien Febvre e Marc Bloch, e se consolidaria após a guerra de 1914 e da crise de 1929.

Febvre e Bloch difundiram, em síntese, a visão de que há uma só história, isto é, negaram a divisão em compartimentos entre história econômica, história política, história das idéias. Além disso, o historiador avançaria, segundo eles, em seus estudos por meio de problemas, já que os documentos não possuem em si mesmo uma transparência, só respondendo a determinadas hipóteses de trabalho propostas pelos estudiosos. Na visão desses autores, a história – em todos os seus domínios – refere-se a fenômenos de massas e não a simples acontecimentos. A questão da convergência de campos de estudo também é central. Deve haver uma cooperação recíproca entre as disciplinas, única maneira de explicar a sociedade, já que nela existe igualmente um jogo recíproco entre economia, sociedade, civilizações.

Postulava-se, enfim, uma visão de história total, cuja determinação era dada pela idéia de processo, envolvendo questões inscritas na longa duração. A disciplina histórica ocupar-se-ia, pois, do todo social, enfocando a estrutura profunda dos problemas sociais e não apenas a forma. História como ciência do tempo e não do instante ou da atualidade.

Portanto, na visão marxista o objeto da história é a própria dinâmica das sociedades, sendo sua matéria os fatos massivos, institucionais e os acontecimentos, num cruzamento fundamental desses três níveis.

A história não é nem a análise do quadro das instituições, nem o simples relato dos acontecimentos, embora não possa se desinteressar desses fatos que vinculam a vida quotidiana dos homens à dinâmica das sociedades da qual fazem parte.

Diante deste quadro complexo, o historiador formula questões, resolve problemas, distinguindo os fatos que evoluem de forma lenta (mentalidades religiosas, grupos lingüísticos), os ritmos espontâneos (conjuntura econômica) e os simples acontecimentos. Em função disso, diferentes técnicas de análise ligando a estrutura à conjuntura emergem, mas estas só adquirem sentido dentro de uma teoria global. Essa idéia de teoria global é mais uma vez herdeira de uma visão marxista.

Algumas proposições centrais do marxismo, das quais decorre a idéia de síntese histórica, têm como fundamental a questão das forças produtivas. Para Marx, na origem de qualquer desenvolvimento histórico duradouro encontra-se o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, torna-se fundamental a observação dos grupos sociais em relação ao seu lugar produtivo na sociedade. Segundo Marx, as mudanças nas forças produtivas do trabalho dependem da habilidade média dos trabalhadores, do desenvolvimento da ciência e das suas aplicações tecnológicas, das combinações sociais da produção, da extensão e da eficácia dos meios de produção e, finalmente, das condições materiais.

No entanto, essas forças produtivas entram em funcionamento numa sociedade que se caracteriza, de forma mais profunda, pelas relações sociais e humanas centradas nesses mesmos meios de produção, as chamadas relações sociais de produção. Assim é importante responder, dentro dessa ótica, quem possui esses meios de produção? Qual o sentido exato do verbo possuir? Nesta relação quem é dominante e quem é dominado? Quem se beneficia? Quem consome? Quem acumula? Quem empobrece? Que relações – jurídicas, quotidianas, morais – são estabelecidas entre as classes sociais assim consideradas? Que consciência tem os homens que constituem estas classes? A que contradições e lutas essas relações possibilitam? E com que resultados?

Ainda que exista no marxismo uma visão dominante da ordem econômica, Marx chamava a atenção para que não se confundisse na análise histórica a questão econômica com a social. A sociedade é mais complexa do que a economia e é no domínio do social que germina a destruição do modelo econômico aparentemente harmonioso. Tendo-se em conta que a finalidade histórica é o estudo das transformações, é fundamental que o pesquisador se valha de outras disciplinas, para propor uma crítica dos textos.

Em suma: a investigação histórica é o estudo dos mecanismos que vincula a dinâmica das estruturas – as modificações espontâneas dos fatos sociais – à sucessão dos acontecimentos – nas quais intervêm os indivíduos e o acaso.

### **O pensamento marxista sobre a cultura**

Dos conceitos desenvolvidos pelo marxismo fundamentais, naquilo que formaliza um pensamento sobre a cultura, destacam-se *ideologia*, *capital* e *modo de produção capitalista*.

Marx com a sua “crítica da economia política” pretendia elaborar uma definição científica do “capital”. Não só do capital, núcleo determinante do modo de produção capitalista, como também de outros tipos de capitais - usuário, mercantil, financeiro - que existiram antes do modo de produção capitalista, preparando-lhe terreno, sem ter sido nunca o núcleo decisivo das sociedades.

O que é portanto, em teoria, o modo de produção capitalista? Dizemos em teoria porque não existe uma única sociedade conforme ao modelo puro.

O pensamento econômico, moderno e ocidental - desde as origens clássicas - acreditava (por ingenuidade ou por interesse e comodidade) em fazer crer que num sistema de propriedade individual absoluta, e com igualdade de direitos, a total liberdade do jogo de concorrência econômica resulta numa ótima utilização dos recursos e em crescimento econômico a longo prazo. Assim, a liberdade e a igualdade totais dos indivíduos podiam existir de fato e já existiram em grande medida nos países capitalistas ditos “avançados” (Inglaterra no século XIX e EUA no século XX).

Marx enfatizava, aceitando como ponto de partida as contribuições científicas ao primeiro pensamento clássico, que o equilíbrio teórico e o dinamismo inevitável de uma economia de concorrência se realizam no tempo através das oscilações destrutivas, as chamadas “crises”, submetidas a um processo de naturalização ideológica no capitalismo, como também o é chamado equilíbrio momentâneo. Dessa forma, ao se aceitar as crises como uma inconveniência passageira encobria-se a crescente contradição social: a divisão da sociedade em duas classes antagônicas, com interesses opostos. Nessas condições, a igualdade jurídica e a liberdade de iniciativa dos agentes econômicos individuais eram, de

fato, para a imensa maioria uma quimera; e, devido ao próprio jogo das crises e contradições, implementava-se a concentração de meios, podendo-se chegar ao monopólio. Mas as contradições apontadas não se resumem ao aspecto econômico: são traduzidas também em lutas sociais, políticas, psicológicas.

Segundo Marx, o modo de produção capitalista - sendo capitalismo um sistema complexo de natureza técnica, econômica, política e ideológica, que corresponde a uma estrutura social determinada - elabora-se lentamente e afirma-se a partir do momento em que a “classe burguesa” (aquela que acumulou os meios eficazes para produzir ou o dinheiro para os comprar) assume sua responsabilidade e direção. A essência da sua teoria repousava, pois, no estudo da dinâmica da “luta de classes”. E é nesse processo de luta que a classe operária faz-se, ou seja, adquire a consciência de classe.

A noção de classe traz, portanto, consigo a visão de relação histórica. Como qualquer noção é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar a sua estrutura. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e conceitos reais. *A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) aos seus.* A experiência de classe é determinada pelas relações de produção e a consciência é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Assim, a consciência de classe surge em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.

Classe é, portanto, uma relação e, mais que isso, segundo a visão marxista deve-se ver a noção de classe como uma formação social (econômica) e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados em um considerável período histórico.

Assim, a gênese da teoria marxista é a elaboração de uma teoria do capitalismo, no qual também são centrais as chamadas “leis de evolução e superação”. Para Marx, a sociedade burguesa explicaria todas as formas de evolução anteriores a da produção capitalista.

O capital, no sentido que Marx se esforçou por definir, é, pois, um conjunto de meios de produção eficazes e massivos, susceptíveis de se reproduzirem e de crescerem,

globalmente, pela sua própria mecânica. No sistema capitalista, tem como característica essencial estar “apropriado”. Assim, o que define capitalismo não é a existência do capital, mas a sua apropriação: se no sistema socialista a “formação do capital”, em princípio, está planificada, num sistema capitalista é o resultado do livre funcionamento do “mercado”.

É a acumulação do capital, aplicada continuamente a novas técnicas, que permite a transformação da face do mundo.

Já em 1848, o **Manifesto comunista**, tinha designado a burguesia, classe dirigente do modo de produção capitalista, como o grupo social responsável pelo progresso:

*“Na sua quase secular dominação de classe, a burguesa criou forças produtivas mais massivas e colossais, do que todas as gerações passadas em conjunto. A subjugação das forças da natureza, a maquinaria, a aplicação da química à indústria e à agricultura, a navegação a vapor, os caminhos de ferro, os telégrafos elétricos, a urbanização de continentes inteiros, a navegabilização dos rios, populações inteiras como que surgidas da terra, - que século anterior teria suspeitado que dormitassem semelhantes forças produtivas no seio do trabalho social?”*

O que diríamos hoje, quando acrescentamos a estas conquistas já velhas, três outras revoluções (duas energéticas, do petróleo e do átomo e uma cultural tecnológica, decorrente das dos transportes, comunicações a longa distância, automóvel, avião, televisão, satélites e computadores)?

Essas inovações técnicas, que engendram drásticas transformações sociais, estavam também previstas no **Manifesto**. A burguesia, dizia Marx, desempenha na história um papel “eminente revolucionário” e acrescentava:

*“A burguesa não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção, isto é, as relações de produção e, por conseguinte, todas as relações sociais. Pelo contrário, a conservação inalterada do antigo modelo de produção era a condição primordial da existência de todas as classes industriais anteriores. A contínua alteração da produção, a constante modificação de todas as situações sociais, a eterna insegurança e mobilidade distinguem a época burguesa de todas as outras”.*

Outro ponto da teoria marxista que é necessário colocar em relevo é a noção de infra-estrutura, superestrutura e a determinação do econômico. Escrevia Marx em 1859, na **Contribuição à Crítica da Economia Política**:

*“Na produção social da sua vida, os homens estabelecem relações definidas*

*que são independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma fase definida de desenvolvimento das forças produtivas materiais. A soma total dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas definidas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona os processos social, político e intelectual da vida em geral”.*

Esse trecho a rigor é parte de uma exposição do método histórico materialista engendrado por Marx, no qual pretendia compreender também as relações jurídicas e as formas do Estado. Assim, o primeiro uso de superestrutura é rigorosamente classificado como “jurídico e político”. Mas adiante no mesmo texto, há a idéia de que “a transformação de toda a imensa superestrutura, na revolução social que começa com as modificações de relações de forças produtivas e de relações de produção, é um processo no qual os homens se tornam conscientes desse conflito e o solucionam através de formas ideológicas que passam a incluir tanto o religioso, estético ou filosófico, como também o jurídico e o político”.

Mas mesmo antes da **Contribuição**, Marx já utilizara o termo superestrutura **no Dezoito de Brumário de Luís Napoleão, 1851-2:**

*“Sobre as diversas formas de propriedade, sobre as condições sociais de existência, toda uma superestrutura é construída, de sentimentos vários e de formas peculiares, ilusões, hábitos de pensamento e concepções de vida. Toda a classe produz e dá forma a eles, a partir de sua base material e das correspondentes condições sociais. A unidade individual em cujo sentido fluem através da tradição e educação pode imaginar que eles constituem as verdadeiras razões para a sua conduta e as premissas dessa conduta”.*

É, portanto, um uso claramente diferente. Aqui a “superestrutura” é toda a “ideologia” da classe: sua forma de consciência, seus modos constitutivos de ver-se a si própria no mundo.

Dessa forma, há pelo menos três sentidos de “superestrutura”: formas jurídicas e políticas que expressam relações de produção reais e existentes; formas de consciência que expressam uma determinada visão de classe do mundo; processo no qual, em relação a toda uma gama de atividades, os homens se tornam conscientes de um conflito econômico

fundamental e tentam solucioná-lo. Esses três sentidos dirigem a atenção respectivamente para as instituições, as formas de consciência e as práticas políticas e culturais.

Embora inúmeros estudos que fazem essa transição de Marx para o marxismo defina superestrutura e infra-estrutura como uma delimitação clara das categorias ou áreas expressas como sendo a base, a infra-estrutura, e o pensamento, a superestrutura, a rigor em Marx essa separação das áreas de pensamento e atividade (como na separação de consciência e a produção material) de fato não se dava. Em 1857, ele observava:

*“Em relação à arte, sabe-se bem que alguns de seus momentos culminantes não correspondem ao desenvolvimento geral da sociedade, nem, portanto, à subestrutura material, ao esqueleto, por assim dizer, de sua organização”.*

A rigor toda essa “confusão” vem da elevação de conceitos metafóricos à idéia de categoria. Assim, infra-estrutura passou a ser identificada, dentro do marxismo, com a proposição de base, quase como um objeto (uma versão particular e reduzida da “existência material”), sendo revestida de propriedades gerais e aparentemente uniformes. A “base” é a existência social do homem ou um modo de produção numa fase particular de seu desenvolvimento.

Mas essa idéia é muito diferente da ênfase central de Marx nas atividades produtivas. Ele mesmo se manifestou contra a redução da “base” a uma categoria:

*“Para se estudar a ligação entre a produção intelectual e a produção material é, acima de tudo, essencial conceber a segunda em sua forma histórica determinada e não como uma categoria geral. Por exemplo, corresponde ao modo capitalista de produção um tipo de produção intelectual muito diferente daquele que corresponde ao modo medieval de produção. A menos que a própria produção material seja compreendida em sua forma histórica específica, é impossível perceber as características da produção intelectual que lhe corresponde, ou a ação recíproca entre as duas”.*

Ou seja, o central no pensamento marxista é uma noção de dialética entre o que constitui a base material da sociedade e o campo das idéias, percebendo-se a base ou a superestrutura numa dinâmica processual, na qual a relação decisiva, de um ponto de vista marxista, é expressa pela idéia complexa de “determinação”.

Mas determinação certamente não é um conceito fácil de ser definido. Para os adversários do marxismo esta teoria é altamente reducionista e determinista, na medida em



que nenhuma atividade cultural tem significação em si mesma, sendo sempre reduzida a uma expressão direta ou indireta do fator econômico que a precede e controla, ou de um conteúdo político determinado por uma posição ou situação econômica.

O sentido etimológico da palavra inglesa é “estabelecer fronteiras” ou “estabelecer limites”. Mas se a idéia de determinação ligada à noção de exterioridade é relativamente simples, quando sua implicação engendra alguma coisa além da ação, torna-se problemática. A idéia abstrata pressupõe uma impotência (os limites insuperáveis do poder) dos participantes na ação. A idéia científica pressupõe características fixas, sendo a transformação uma questão de condições e combinações alteradas, que se podem descobrir, sendo portanto, previsíveis.

A versão marxista do determinismo, na sua primeira fase, corresponde a essa idéia científica.

*“Na produção social realizada pelos homens, eles entram em relação definidas que são indispensáveis e independentes de sua vontade... uma fase definida de desenvolvimento”.*

A fase existente da produção material e as relações sociais que a ela correspondem, são nesse sentido, fixas: “A massa das forças produtivas acessível aos homens determina as condições da sociedade”.

Partindo para a interpretação desse pensamento pode-se aferir que o marxismo ressaltava a existência de “leis férreas”, de “condições absolutamente objetivas”, de uma “economia” da qual todo o mais se seguia. Mas o sentido de condições determinadas pode ser percebido de outra forma.

Em carta a Marc Bloch escrevia Engels: “Nós mesmos fazemos a história, mas, em primeiro lugar, sob pressupostos e condições muito definidas”. Essa idéia pressupõe, portanto, a noção de ação humana e determinação pode ser entendida como “fixação de limites”.

Para o marxismo, as condições objetivas são, pois, resultado de ações humanas no mundo material, no qual o processo “determinante” é “independente de sua vontade”, não no sentido histórico de que herdaram, mas no sentido absoluto de que não podem controlá-las: só podem procurar compreendê-las e orientar suas ações de acordo com essa

compreensão. E essa objetividade é a base daquilo que se tornou conhecido no marxismo como “economicismo”.

Mas o que está no cerne desta idéia? Que esse determinismo abstrato é resposta e interpretação condicionada pela experiência humana dentro de limites históricos reais. Assim, é central também a idéia de que novas relações sociais e novos tipos de atividade possíveis, através dessas relações, só podem ser realizados a partir do momento em que certo modo de produção é superado na prática pela transformação social real.

Na prática, determinação não é só fixação de limites, mas existência de pressões: determinar que se faça alguma coisa, estar disposto a fazê-lo, um ato de vontade e propósito.

*“Marx, preocupado com os mecanismos de fundo das sociedades e não com as suas formas, diz Pierre Vilar, manifestou, pelo menos um par de vezes no decurso de sua vida, o desejo de identificar ciência social e história”. A primeira vez, em 1848, em A Ideologia Alemã, quando escreveu juntamente com Engels: “não conhecemos mais do que uma ciência, a ciência da história” (Vilar: 1985).*

Riscada do original, a frase se conservou inédita. Marx também não chegou a publicar a obra que pretendia: um tratado de história em que a geografia, a história da cultura, o problema das etnias e da guerra estariam enfocados. Escreveu apenas “O Capital”, quer dizer, a parte econômica da obra, ficando esta inacabada, no que se refere à análise das classes sociais. Esta parte econômica denominou “crítica da economia política”, ciência fundamental, mas apenas o primeiro nível em relação ao todo. O econômico é submetido à crítica no sentido de que revela uma contradição social. E revela-a historicamente. O que pretendia, a rigor, nesta obra inacabada era revelar um ofício de historiador.

Mas afinal, como esta idéia de ofício do historiador centrada numa visão marxista aproxima-se de alguns parâmetros fundamentais de estudiosos latino americanos do campo comunicacional?

### **Estudos culturais e marxismo**

A rigor são nos chamados estudos culturais latino-americanos que a aproximação com a visão histórica do marxismo se faz mais presente.

Herdeiro direto do pensamento revisionista inglês de E. P. Thompson, que não negou em nenhum instante o marxismo como teoria fundamental, esses estudos – notadamente de Jesus Martin Barbero, Nestor Garcia Canclini e Guillermo Orozco – colocam como central a questão cultural.

Na sua crítica à interpretação apressada das teorias marxistas, Thompson estabelece também como central o fenômeno cultural, determinante para a compreensão da dinâmica social. Em E. P. Thompson a consciência de classe é a última etapa de um processo eminentemente cultural e não o primeiro como uma leitura apressada da obra de Marx fazia supor.

Também em Hoggart, um dos fundadores dos chamados estudos culturais ingleses, era necessário descrever a paisagem cotidiana da vida popular, entender a cultura desses grupos de forma a não subestimar a influência desses produtos da indústria cultural sobre as chamadas classes populares. Dizia: “É necessário não esquecer que essas influências culturais têm uma ação fortemente lenta sobre a transformação das atitudes e que elas são freqüentemente neutralizadas por forças mais antigas. As pessoas do povo têm uma vida pobre, mas isso não quer dizer que a literatura não os levaram a pensar. Mesmo as formas modernas de lazer encorajam entre a gente do povo atitudes que não devemos julgar nefastas”.

Nessa visão, os usos sociais dos mídias não obedecem forçosamente à lógica de um poder devastador, inscrito no traços estruturais das mensagens. Essa constatação de Hoggart rompe com o discurso crítico dominante na época sobre cultura de massa, marcada pelo que Bourdieu e Passeron denominam “funcionalismo de pire”, num artigo intitulado Sociólogos das mitologias e mitologias dos sociólogos, publicado em 1963.

O enfoque precoce de Hoggart sobre os receptores, não impede que suas hipóteses permaneçam profundamente marcadas por um olhar dominante da industrialização da cultura. Mas o que é fundamental nesses estudos realizados por teóricos com clara filiação marxista – Thompson e Hoggart – é a idéia de resistência dos grupos populares, que deve ser visualizada e percebida dentro dos padrões culturais desses mesmos grupos, nem sempre perceptíveis ao nosso próprio entendimento.

Dentro de uma análise marxista Thompson procura ultrapassar as abordagens que faziam da cultura uma variável sujeita à economia. Em 1976, a propósito de sua obra clássica, *A formação da classe operária inglesa*, dizia: “Minha preocupação principal ao longo desta obra foi abordar aquilo que eu considero ser em Marx o verdadeiro silêncio. Um silêncio no domínio do que os antropólogos chamam o sistema de valor. Um silêncio em relação às mediações do tipo cultural e moral”.

Assim, retoma-se a visão da história construída a partir das lutas sociais e a percepção da interação fundamental entre cultura e economia, na qual a noção de resistência à ordem marcada pelo capitalismo como sistema é central. Essa ruptura com a metáfora genérica base/superestrutura motiva a redescoberta das formas específicas dos movimentos sociais. Em Thompson a cultura é construída como lugar central de uma tensão entre os mecanismos de dominação e resistência.

Mas não é só as noções de cultura e resistência que formam o arcabouço teórico desses estudos. Ocupa lugar central também a noção de ideologia, fundamental para a compreensão do contexto, dos sistemas de valores e das representações que estimulam os processos de resistência ou de aceitação do mundo social. Assim, é através das categorias de ideologia e, posteriormente, de hegemonia gramsciniana que é problematizada a função política das culturas.

A ideologia é vista como instrumento estratégico do par dominação-hegemonia, quer dizer da capacidade de um grupo social exercer uma direção intelectual e moral sobre a sociedade, construindo uma relação de poder que não se centra nem se limita à força pura ou à consequência mecânica das relações econômicas de produção.

Percebe-se, pois, que esses autores latino-americanos filiados diretamente aos estudos culturais estabelecem uma conexão básica com o marxismo de E. P. Thompson ao tentar compreender os diversos fenômenos, culturais e políticos, a partir das relações fundamentais entre comunicação e cultura. Estabelecem também uma ligação fundamental com o marxismo gramsciniano, ao conceber tanto a questão hegemônica, como a contra hegemônica, para o entendimento da complexidade política.

Martin Barbero ao analisar como a cultura é negociada, refere-se a expressões que estão em permanente interação com os contextos culturais nos quais existem, sob a forma

de mediações na vida cotidiana. Nesse sentido, a dominação ideológica torna-se difícil, uma vez que cada produto cultural é interpretado de modo pessoal. A cultura popular transforma-se, pois, em campo de batalha hegemônico, pressupondo evidentemente uma ação contra hegemônica. Bem a luz do que também concebera Thompson nos idos de 1960 ao analisar a dinâmica cultural da formação dos trabalhadores ingleses.

Outro ponto fundamental de contato desses estudos – notadamente de Barbero – com o marxismo é a abordagem em que visualiza os processos comunicativos dentro de um contexto histórico e sociocultural no qual elas ocorrem. Nos textos de Barbero, o ator é um sujeito histórico que vive num mundo pleno de significados.

Percebe-se nessas abordagens a passagem de um marxismo determinista para um marxismo de corte gramsciniano. Enquanto no primeiro era imperativo explicar e analisar os conflitos através de uma única contradição – a diferença de classe – no segundo pode-se pensar a pluralidade de matrizes culturais. A flexibilização dessa lógica com a influência de Gramsci permitiu o redesenho nas relações entre cultura e classe social. Passa-se a descobrir as culturas populares e a constituição de identidades diversas.

Os estudos de comunicação procuram, em suma, acompanhar a dinâmica cultural mais ampla, investigando as transformações da experiência social (Barbero, 1993). Nesse tipo de análise é central a visão de que o suporte de uma única disciplina não dá conta da complexidade do mundo social. Ou seja, a questão do olhar interdisciplinar, fundamental para as abordagens histórico-marxistas desde o início do século XX, adquire uma complexidade marcante, de tal forma que se permite falar hoje em campos de estudos e não mais em disciplinas ou interdisciplinas.

Reconhecendo a capacidade dos sujeitos sociais de manifestar diferentes práticas simbólicas, situadas em determinado contexto histórico, os estudos culturais latino americanos consideram como central a questão da consciência de classe, ainda que nos limites propostos pelo paradigma marxista thompsiniano. Mas essas práticas simbólicas são também da ordem da resistência, evidenciando, desta forma, a própria expressão do fazer-se enquanto classe, proposta central na visão que considera que o sujeito constrói sua própria história, máxime mais evidente do marxismo.

Ao propor o descolamento da análise dos meios às mediações, além da evidência do fazer-se enquanto em classe desses grupos populares, parece clara a existência nessas análises da ação do sujeito como promotor de seu próprio destino. A idéia central de que o homem constrói sua própria história e que o entendimento da realidade é fundamental para uma efetiva transformação social perpassam muitos desses estudos.

Essa idéia fundadora é objetivo de todo pesquisador. Pesquisamos para compreender o mundo e tentar transformá-lo. Com isso, seguimos ainda hoje – mesmo que negando o marxismo – tentando ser sujeitos ativos da nossa própria história, para transformar o mundo em que vivemos.

## BIBLIOGRAFIA

Cardoso, Ciro F. S. e PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. Os métodos da história. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Godelier, Maurice. Horizon, trajets marxistes en anthropologie. Paris: François Maspero, 1973.

Martin barbero, Jesus. Communication, culture and hegemony. Londres: Sage, 1993.

Martin barbero, Jesus. Dos meios às mediações. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

Marx, K. e Engels, F. Obras escogidas en dos tomos. Moscou: Editorial Progreso, 1971.

Marx, Karl. Elementos fundamentales para la crítica de la economía política. México: Siglo XXI, 1971.

Schaff, Adam. Estructuralismo y marxismo. México: Grijalbo, 1976

Vilar, Pierre. "Historia marxista, historia en construcción. Ensayo de dialogo com Althusser". In Cardoso, Ciro F. S. e Pérez Brignoli, Héctor. Perspectivas de la historiografía contemporánea. México: Secretaria de Educación Publica, 1976.

Vilar, Pierre. Iniciação ao vocabulário da análise histórica. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1985.